

ETEPA - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA
DO PARÁ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

ETEPA - EMPRESA TRANSMISSORA DE ENERGIA DO PARÁ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Etepa - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A.
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Etepa - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Etepa - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Limitação de alcance por ausência de documentação suporte

A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, mantém registrado, na Rubrica "Adiantamento para futuro aumento de capital", no patrimônio líquido, o montante de R\$ 38.258 mil, para os quais não nos foram apresentadas as devidas evidências que comprovem sua existência e realização. Como consequência, não foi possível concluirmos sobre a adequação do saldo registrado na Rubrica "Adiantamento para futuro aumento de capital", no patrimônio líquido, bem como os possíveis efeitos nas demonstrações contábeis e seus efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações relevantes com partes relacionadas envolvendo, principalmente, transações de fornecedores. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e tais partes relacionadas, que podem não terem sido pactuadas em condições usuais de mercado. Portanto, as informações contábeis acima referida devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 às demonstrações contábeis, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram alteradas e estão sendo reapresentadas considerando a revisão das premissas utilizadas para o cálculo do seu ativo de contrato. Revisamos e concordamos com esses ajustes.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cuiabá, 21 de junho de 2024.

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	01.01.2022	Passivo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	01.01.2022
			(Reapresentado)					(Reapresentado)	
Ativo circulante					Passivo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	786	4	10.930	Fornecedores	9	365	1.690	15.414
Concessionárias e permissionárias	6	3.193	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	5.093	5.588	5.315
Adiantamentos à fornecedores		20	-	8.666	Obrigações sociais e trabalhistas		112	16	-
Investimentos de curto prazo		1.196	503	120	Impostos correntes a pagar		1.035	61	63
Ativo de contrato	7	22.601	-	-	Dividendos a pagar	11.d	8.996	1.256	-
Provisões pré-operacionais		585	-	-	Encargos setoriais		116	-	-
Outros créditos		83	498	679	Provisões pré-operacionais		585	-	-
Total do ativo circulante		28.464	1.005	20.395	Total do passivo circulante		16.302	8.611	20.792
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Aplicações financeiras	5	2.288	-	-	Empréstimos e financiamentos	10	76.819	81.495	82.824
Depósito judiciais e cauções		2	2	-	Tributos diferidos	15.a	13.861	11.813	9.619
Ativo de contrato	7	183.351	175.528	142.925	Total do passivo não circulante		90.680	93.308	92.443
Intangível		16	16	16	Patrimônio líquido				
Total do ativo não circulante		185.657	175.546	142.941	Capital social	11.a	40.000	40.000	40.000
					Adiantamento para futuro aumento de capital	11.b	38.258	30.598	10.470
					Prejuízos acumulados		-	-	(369)
					Reservas de lucros	11.c	28.881	4.034	-
					Total do patrimônio líquido		107.139	74.632	50.101
Total do ativo		214.121	176.551	163.336	Total do passivo e patrimônio líquido		214.121	176.551	163.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

Demonstrações do resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	13	48.014	33.098
Custos de construção	16.a	(1.788)	(16.006)
Custos de operação e manutenção	16.b	(4.765)	-
Lucro bruto		41.461	17.092
Despesas gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(301)	(125)
Outras receitas e despesas operacionais		(19)	(117)
Total das despesas gerais e administrativas		(320)	(242)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		41.141	16.850
Receitas financeiras		461	4
Despesas financeiras		(7.468)	(8.506)
Resultado financeiro líquido	14	(7.007)	(8.502)
Lucro antes dos impostos		34.134	8.348
Imposto de renda e contribuição social correntes	15.c	(610)	(1)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.c	(937)	(1.058)
Lucro líquido do exercício		32.587	7.289
Resultado por ação - em reais	12	0,8147	0,1822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	<u>32.587</u>	<u>7.289</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>32.587</u></u>	<u><u>7.289</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Notas explicativas	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		40.000	10.470	-	-	(369)	50.101
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	-	(1.630)	(1.630)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	20.128	-	-	-	20.128
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	7.289	7.289
Destinação do resultado do exercício							
Constituição reserva legal		-	-	265	-	(265)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	-	(1.256)	(1.256)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	3.769	(3.769)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	11	40.000	30.598	265	3.769	-	74.632
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.660	-	-	-	7.660
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	32.587	32.587
Destinação do resultado do exercício							
Constituição reserva legal		-	-	1.629	-	(1.629)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	-	(7.740)	(7.740)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	-	23.218	(23.218)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11	40.000	38.258	1.894	26.987	-	107.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ETEPA - Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		32.587	7.289
Ajustes em:			
Pis e Cofins diferidos	15.b	1.111	1.255
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.c	937	1.058
Remuneração do ativo de contrato	7	(46.156)	(18.134)
Receita de construção do ativo de contrato	7	(1.811)	(16.218)
Juros sobre empréstimos	10.a	5.178	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	17.543	-
Concessionárias e permissionárias		(3.193)	-
Outros créditos e outros ativos		395	8.845
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.325)	(13.724)
Impostos correntes a pagar		1.165	(2)
Obrigações sociais e trabalhistas		96	16
Encargos setoriais		116	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(191)	-
Caixa líquido gerado/aplicado nas atividades operacionais		6.452	(29.615)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimentos de curto prazo		(693)	(383)
Aplicações financeiras		(2.288)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.981)	(383)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		7.660	20.128
Pagamento de empréstimos - principal	10.a	(5.186)	-
Pagamento de empréstimos - juros	10.a	(5.163)	(1.056)
Caixa líquido aplicado/gerado pelas atividades de financiamento		(2.689)	19.072
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		782	(10.926)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4	4	10.930
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4	786	4
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		782	(10.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Etepa – Empresa Transmissora de Energia do Pará S.A. (“Companhia”), constituída em 22 de maio de 2017, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de Linha de Transmissão de Energia Elétrica decorrente do Contrato de Concessão do Lote 33 do Leilão 05/2016 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suas respectivas instalações componentes do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica de Rede Básica e Sistema Interligado e suas ampliações.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado do Pará.

1.2 Da concessão

No dia 13 de setembro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 50/2017 - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período, a critério do Poder Concedente.

O projeto da Companhia consiste em implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão de energia:

- (i) LT 230 KV Vila do Conde - Tome Açú com 125 km;
- (ii) SE 230/138 kV Tomé-Açu - 2 x 100 MVA e
- (iii) Trecho de LT da SE Tomé-Açu ao Seccionamento da LT 230kV Vila do Conde - Miltônia 3.

A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2023-2024, é de R\$ 28.482, incluindo os tributos reembolsáveis PIS/COFINS. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sétima do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. A Companhia adota como procedimento contábil o reconhecimento dos impactos de reajuste tarifário quando eles são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento do Setor Elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto deste contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os arts. 6º e 11º da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

2.2 Reapresentação dos valores correspondentes

A Companhia identificou reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores, bem como revisou as premissas utilizadas para cálculo do seu ativo de contrato de concessão conforme orientação da CVM através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, que forneceu orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 47 (IFRS 15) e do CPC 48 (IFRS 9) para as companhias transmissoras de energia elétrica.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação ao seu ativo de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre a taxa de remuneração do projeto (taxa implícita) e o custo de construção. Com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Companhia apurou os impactos e reapresentou cada uma das linhas afetadas na demonstração financeira de períodos anteriores, da seguinte forma:

Balço Patrimonial	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
Ativos			
<u>Ativos circulantes</u>			
Ativo de contrato	12.113	(12.113)	-
<u>Ativos não circulantes</u>			
Ativo de contrato	181.792	(6.264)	175.528
<u>Passivos circulantes</u>			
<u>Fornecedores</u>	(8.170)	6.480	(1.690)
<u>Tributos diferidos</u>	(815)	815	-
<u>Dividendos a pagar</u>	(3.784)	2.528	(1.256)
<u>Passivos não circulantes</u>			
Tributos diferidos	(12.235)	422	(11.813)
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	-	-	-
Reserva de lucros	(12.166)	8.132	(4.034)

Os efeitos destes ajustes na demonstração do resultado e do resultado abrangente são como segue:

Demonstração do resultado	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita de remuneração do ativo de contrato	21.720	(3.586)	18.134
Receita de construção	29.260	(13.042)	16.218
(-) Tributos sobre a receita	(1.861)	607	(1.254)
Receita operacional líquida	49.119	(16.021)	33.098
Custo de construção	(28.877)	12.871	(16.006)
Lucro Bruto	20.242	(3.150)	17.092
Despesas financeiras	(2.114)	(6.392)	(8.506)
Resultado antes dos impostos e contribuições	17.890	(9.542)	8.348
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.570)	512	(1.058)
Lucro do exercício	16.319	(9.030)	7.289
Demonstração do resultado abrangente	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	16.319	(9.030)	7.289
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	16.319	(9.030)	7.289

Os efeitos destes ajustes na demonstração das mutações do patrimônio líquido são como segue:

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	31/12/2022 (Publicado)	Ajustes	31/12/2022 (Reapresentado)
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2022	50.101	-	50.101
Resultado líquido do exercício	16.319	(9.030)	7.289
Outras linhas	16.344	898	17.242
Total do Patrimônio Líquido em 31/12/2022	82.764	(8.132)	74.632

Os efeitos destes ajustes na demonstração do fluxo de caixa são como segue:

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/2022	Ajustes	31/12/2022
	(Publicado)		(Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	16.319	(9.030)	7.289
Ajustes para:			
Impostos diferidos	3.431	(1.118)	2.313
Ativo de contrato de concessão	(50.980)	16.628	(34.352)
Fornecedores	(7.244)	(6.480)	(13.724)
Outros itens não afetados	8.859	-	8.859
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	29.615	-	29.615
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Outros itens não afetados	(383)	-	(383)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(383)	-	(383)
Outros itens não afetados	19.072	-	19.072
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	19.072	-	19.072
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(10.926)	-	(10.926)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	10.930	-	10.930
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	-	4
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(10.926)	-	(10.926)

2.3 Data de aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 21 de junho de 2024.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis:

(i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. A taxa de desconto utilizada pela Companhia é de 11,51% a.a.

(iv) Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance.

Margem de construção

A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Margem de operação

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

(v) Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

A margem de construção é auferida pela proporção do montante previsto de recebimento da RAP para remuneração do capital e obrigação de construção em relação ao CAPEX do Projeto, ambos definidos nos respectivos planos de negócios. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. A margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.

Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

d. Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede básica (RBL).

e. Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f. Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda – base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

g. Redução ao valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

h. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

i. Resultado por ação

O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia.

j. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas aplicadas a partir de 01.01.2023

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações contábeis.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações ao CPC 03/IAS 7	Demonstrações dos fluxos de caixa	01/01/2024
Alterações ao CPC 32/IAS 12	Tributos sobre o lucro	01/01/2024
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de leaseback	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações contábeis. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	761	4
Aplicações financeiras liquidez imediata	25	-
Total	786	4

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2023	31/12/2022
Banco Bradesco	Fundos de investimentos CDB	25	-
Total		25	-

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

5 Aplicações financeiras

Refere-se à aplicação/conta reserva restrita para garantia do contrato de financiamento firmado com o Banco da Amazônia. A conta reserva deverá conter recursos no valor de, no mínimo, a soma de três parcelas vincendas de amortização de principal e encargos. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	31/12/2023	31/12/2022
Banco da Amazônia	CDBPRE RCP TXFL	2.288	-
		2.288	-

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

6 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	3.015	-
Créditos a receber – CCEE	178	-
Total	3.193	-

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

7 Ativo de contrato

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	Saldo em 31/12/2021	Receita de construção (+)	Atualização/ remuneração (-)	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)	
Ativo de contrato	142.925	16.218	16.385	175.528	
Circulante	-			-	
Não circulante	142.925			175.528	
	Saldo em 31/12/2022 (Reapresentado)	Receita de construção (+)	Atualização/ remuneração (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2023
Ativo de contrato	175.528	1.811	46.156	(17.543)	205.952
Circulante	-				22.601
Não circulante	175.528				183.351

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações comerciais com partes relacionadas estão reconhecidas na conta de fornecedores e estão relacionadas aos: (a) prestação serviços de construção e (b) prestação de serviços de engenharia:

a. Contrato de prestação de serviços com a Sollo Construções Ltda

A Companhia possuía contrato com a Sollo Construções Ltda, integrante do grupo econômico da acionista Sollo Energia S.A. para a construção das instalações.

9 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Bipar Energia	-	1.270
Alubar Metais e Cabos	-	101
Eletronorte	313	-
Outros	52	319
Total	365	1.690

10 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou em 31 de dezembro de 2019 o contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S/A, na modalidade FNO com um crédito no montante de R\$ 87.692 para ser utilizado na construção da linha de transmissão de energia elétrica objeto da concessão mencionada na nota explicativa nº 1.2. Em 2021 foi liberado o montante total, ocorrendo a supressão automática do saldo. Sobre a dívida incidirá a TFC – Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais apurados mensalmente, por rata die, calculada e capitalizada no dia 15 de cada mês de acordo com fórmula determinada em contrato. O TFC é composto pelo Fator de Atualização Monetária - FAM e Componente Prefixado da TFC de 0,012504 para pagamentos realizados até o vencimento (com bônus de adimplência) ou de 0,014710 para pagamentos realizados após o prazo de vencimento.

O empréstimo será amortizado em 210 parcelas mensais terminando em 15 de janeiro de 2040.

a. Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Banco da Amazônia	81.912	87.083
Circulante	5.093	5.588
Não circulante	76.819	81.495

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.083
Provisões de juros	5.178
Amortização de principal	(5.186)
Juros pagos	(5.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	81.912

b. Cronograma de pagamento não circulante

	Saldos
2024	5.093
2025	5.093
2026	5.093
2027 a 2040	61.540
Total	76.819

c. Garantias

Por força do referido contrato de financiamento, a Companhia cedeu fiduciariamente, por meio de “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, a totalidade dos direitos creditórios de que era titular emergente do Contrato de Concessão nº 50/2017 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 045/2017, firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

As intervenientes Disbenop e Athivalog deram ao Banco da Amazônia, em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

d. Covenants

O contrato de financiamento contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento em relação a determinadas informações financeiras, manutenção de conta reserva de repasse, além de distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, a qual, se ocorrer, deve ser previamente autorizada pelos agentes financeiros. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos credores, os saldos em aberto terão vencimento antecipado.

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,30 (um inteiro e trinta centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações contábeis anuais.

A Companhia está em conformidade com a referida cláusula de *covenants*, conforme cálculo abaixo, definido no contrato firmado com o Banco da Amazônia.

i. Índice de cobertura da dívida

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda	34.134	8.348
(+) Resultado financeiro líquido	7.007	8.502
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	41.141	16.850
A) Geração de caixa da atividade		
EBITDA (conforme metodologia do Contrato)	41.141	16.850
(-) IRPJ/CSLL (Pagamentos)	(191)	-
(+/-) Variação capital giro	26.232	(5.246)
	67.182	11.604
B) Serviço da dívida do contrato de debêntures		
(+) Amortização do principal	5.186	-
(+) Pagamento de juros	5.163	1.056
	10.349	1.056
C) Índice de cobertura da dívida (A/B)	6,49	10,99

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 40.000 (R\$ 40.000 em 2022), representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Acionistas						
Athivalog Logística Ltda	16.000.000	40	16.000	16.000.000	40	16.000
Disbenop Distribuidora de Bebidas Ltda	24.000.000	60	24.000	24.000.000	60	24.000
Total	40.000.000	100	40.000	40.000.000	100	40.000

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital de R\$ 38.258, deverá ser integralizado até 31 de dezembro de 2024 após a realização de Assembleia Geral Extraordinária autorizando a subscrição e integralização de novas ações.

c. Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	32.587	7.289
(-) Absorção de prejuízos	-	(1.999)
Reserva legal (5%)	(1.629)	(265)
Lucro líquido do exercício ajustado	30.958	5.025
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	7.739	1.256
Reserva de retenção de lucros	23.218	3.769

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	4.034
Constituição reserva de lucros	24.847
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	28.881

d. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	1.256
Dividendos mínimos obrigatórios	7.740
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	8.996

12 Resultado por ação

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	32.587	7.289
Quantidade de ações ordinárias	40.000	40.000
Resultado por ação ordinária	0,8147	0,1822

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

13 Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita de remuneração do ativo de contrato	46.155	18.134
Receita de construção	1.811	16.218
Receita de O&M	2.138	-
Total de receita operacional bruta	50.104	34.352
Deduções da receita operacional		
(-) PIS e COFINS corrente	(718)	-
(-) PIS e COFINS diferido	(1.110)	(1.254)
(-) Encargos regulatórios	(262)	-
Total de deduções da receita	(2.090)	(1.254)
Receita operacional líquida	48.014	33.098

14 Resultado Financeiro

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	64	-
Outras receitas financeiras	397	4
	461	4
Despesas financeiras		
Juros s/empréstimos e financiamentos	(5.178)	(6.392)
Multas, juros e encargos	(105)	(773)
Outras despesas financeiras	(2.185)	(1.341)
	(7.468)	(8.506)
Total do resultado financeiro	(7.007)	(8.502)

15 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Natureza	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
PIS	1.339	1.141
COFINS	6.179	5.266
IRPJ	4.119	3.510
CSLL	2.224	1.896
	<u>13.861</u>	<u>11.813</u>

b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Receita anual permitida (RAP)	18.916	-
Outras receitas (i)	764	-
Base de cálculo	19.680	-
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto corrente no resultado	<u>(718)</u>	<u>-</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato e de construção	47.967	34.352
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(1.751)	(1.254)
Baixa de PIS/COFINS diferidos	641	-
Imposto diferido no resultado	<u>(1.110)</u>	<u>(1.254)</u>
PIS e COFINS dedução da receita	<u>(1.828)</u>	<u>(1.254)</u>

(i) Receita operacional referente aos valores não arrecadados em função dos descontos incidentes sobre as tarifas - REN n° 1.031/2022

c. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	18.916	18.916	-	-
Outras receitas	764	764	-	-
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(=) Lucro presumido	1.574	2.362	-	-
Receitas financeiras	65	65	4	-
Base de cálculo	1.639	2.427	4	-
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(246)	(218)	(1)	-
Adicional de 10% - IRPJ	(146)	-	-	-
Imposto corrente no resultado	<u>(392)</u>	<u>(218)</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>
Receita de remuneração do ativo de contrato e de construção	47.967	47.967	34.352	34.352
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	3.837	5.756	2.748	4.122
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(959)	(518)	(687)	(371)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	351	189	-	-
Imposto diferido no resultado	<u>(608)</u>	<u>(329)</u>	<u>(687)</u>	<u>(371)</u>
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.000)</u>	<u>(547)</u>	<u>(688)</u>	<u>(371)</u>

16 Custos

a. Custo de construção

Referem-se a implantação das instalações de transmissão de sua responsabilidade. Os custos representam essencialmente os valores pagos às empresas contratadas para a construção do empreendimento e os demais custos menores, tais como gastos com projetos, meio ambiente, fundiário, etc.

b. Custos de operação e manutenção

Os custos representam, essencialmente, os valores incorridos referentes ao Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM) firmados, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia e vigilância.

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(748)	-
Material	(768)	-
Serviços de terceiros	(2.060)	-
Arrendamentos e aluguéis	(398)	-
Seguros	(117)	-
Outros custos de operação e manutenção	(674)	-
Total do custo de operação e manutenção	(4.765)	-

17 Instrumentos financeiros

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Nível	31/12/2023 Valor contábil / Valor justo	31/12/2022 Valor contábil / Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado/Valor justo por meio do resultado		786	4
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	1	2.288	-
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		3.193	-
Ativo de contrato	Custo amortizado		205.952	175.528
			212.219	175.532
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		81.912	87.083
Fornecedores	Custo amortizado		365	1.690
Dividendos a pagar	Custo amortizado		8.996	1.256
			91.273	90.029

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como mensurados ao custo amortizado.

b. Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

(iv) Risco operacional

Risco regulatório

Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia está sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas

Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Risco técnico

Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		2.313	301	226	151
Efeito no resultado				(75)	(150)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

18 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Risco operacional	124.465	06/06/2023 a 09/06/2024
Seguro garantia para construção	1.808	17/10/2023 a 14/02/2024

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19 Questões ambientais

As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pelo SEMAS – Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

20 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia considerou que não houve eventos subsequentes a data de encerramento das demonstrações contábeis, ocorridas em 31 de dezembro de 2023 até a data de conclusão das referidas demonstrações em 21 de junho de 2024.

<p>HELIO PALMA DE ARRUDA NETO:94955859100</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por HELIO PALMA DE ARRUDA NETO:94955859100 Dados: 2024.08.12 10:25:01 -04'00'</p>	*	<p>LUIZ GONZAGA DE ARAUJO NETO:70269416668</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por LUIZ GONZAGA DE ARAUJO NETO:70269416668 Dados: 2024.08.09 16:41:28 -04'00'</p>
<p>Hélio Palma de Arruda Neto Diretor</p>		<p>Luiz Gonzaga de Araujo Neto Diretor</p>
<p>LEANDRO BORGES JORDAO:91071992600</p> <p style="font-size: small;">Assinado de forma digital por LEANDRO BORGES JORDAO:91071992600 Dados: 2024.08.12 09:44:37 -03'00'</p>		
<p>Leandro Borges Jordão Contador – CRC/GO 022059/O</p>		